

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL E ÁUSTRIA, NO PERÍODO DE 1822 A 1889

Fabiana Brett Clemente

Michelle Karine Muliterno Carrion

Thiago Schenkel Dedecek

Acadêmicos de Relações Internacionais,
3º período, das Faculdades Integradas Curitiba

SUMÁRIO: 1 Introdução. 2 Breve histórico das relações entre Brasil e Áustria que antecederam a Independência. 3 Relações após a Independência: governo de D. Pedro I. 4 Regência, governo de D. Pedro II e queda da Monarquia. 5. Desenvolvimento das relações científicas e culturais. 6 Influência austríaca na Igreja. 7 Imigrantes austríacos no Brasil. 8 Comércio entre Áustria e Brasil. 9 Conclusão. Bibliografia.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende retratar a complexidade e a extensão das relações entre Brasil e Áustria, durante o século XIX. Uma relação entre Estados que, mesmo tão distantes fisicamente, são hoje de grande interesse histórico para se compreender as complexas relações internacionais, cujos progressos técnicos eliminaram as distâncias entre os Estados e as relações dinásticas, que não possuem mais validade para manter a amizade entre as nações. Alguns autores, que se interessaram pelas relações entre Brasil e Áustria, procuraram fazer estudos mais detalhados sobre os fatos históricos que descreveram as situações vividas na época, mas encontraram dificuldades para relatar a historiografia, pois não encontraram fontes suficientes no Brasil, as quais dariam veracidade as suas obras. Por isso tiveram que recorrer a documentos encontrados somente na Áustria.

A Áustria foi durante o século XIX a encarnação do Velho Mundo, o coração da Europa, o centro da tradição ocidental. Nela confluíram as várias correntes culturais dos séculos passados. O Brasil era novo, imenso, recém-nascido e pouco conhecido fora de suas fronteiras. Tinha fracas raízes na cultura européia e estava exposto a todas influências e impulsos.

O Império Austríaco, poder central da Santa Aliança, via no Brasil o veículo para uma política continental, parte essencial para sua política internacional, uma vez que era tanto de interesse desse país, como da Inglaterra, manter a única monarquia ainda

existente na América, visando preservar o princípio monárquico europeu, que era considerado a melhor forma de poder organizado.

O princípio das relações entre Áustria e o desconhecido Brasil foi o casamento da Princesa Leopoldina com o príncipe herdeiro do trono português, D. Pedro. As relações não se limitaram apenas às questões políticas, mas também às culturais e familiares (forte ligação entre a Casa de Bragança e a Casa de Habsburgo). A princesa austríaca ganhou a confiança do povo e principalmente dos políticos brasileiros. No entanto, deve-se levar em conta que, naquela época, os interesses das dinastias eram considerados paralelos aos interesses do Estado. Com a morte de Dona Leopoldina e D. Pedro, D. Pedro II sobe ao poder, mas não consegue manter os laços fortes que ligavam os dois países, e assim começa o formalismo oficial nos papéis diplomáticos, tornando as relações mais reais e duráveis.

Sintetizando, o período estudado vai desde o Congresso de Viena à queda do Império Brasileiro, abrangendo as relações diplomáticas e políticas, completadas pelas relações culturais, eclesiásticas e comerciais.

Destacamos que, até o momento, poucos autores se dedicaram a estudar especificamente as relações entre Áustria e Brasil. Entre eles ressaltamos a obra de Ezekiel Ramirez, “As relações históricas entre Áustria e Brasil”, editada já em 1968. Esse trabalho, em que autor utiliza fontes inéditas do Arquivo Histórico-Diplomático de Viena, é a obra mais extensa até hoje escrita sobre as relações entre os dois países.

Outros autores indiretamente contemplaram a questão das relações entre Áustria e Brasil. Podemos destacar o livro de Glória Kaiser, “D. Leopoldina: uma Habsburg no trono brasileiro, e o livro de Jean Roche, “A colonização alemã e o Rio Grande do Sul”.

2 BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁUSTRIA QUE ANTECEDERAM A INDEPENDÊNCIA

As relações entre Brasil e Áustria se iniciam pela vontade de a Áustria, poder central da Santa Aliança, estabelecer relações no Novo Mundo e do interesse de reforçar o princípio monárquico. “O Pacto da Santa Aliança (1815) foi uma proposta russa a todas as Cortes européias, no sentido de regularem as relações internacionais pelos princípios do sistema arcaico: o legitimismo monárquico, o intervencionismo, a mística do cristianismo, o governo supranacional dos povos”.¹ Essa relação foi favorecida pela vinda do príncipe regente de Portugal, D. João, para o Brasil, pois Portugal, nesse momento, sofria as conseqüências das guerras napoleônicas.

Com o estabelecimento da Corte portuguesa no Novo Mundo, havia um interesse da Casa de Habsburgo, família real austríaca, em estabelecer laços com a família real portuguesa, família de Bragança, pois àquela interessava manter uma monarquia na América, e a esta interessava manter relações com outro país europeu, além de Portugal, pois ambos visavam incentivar uma cooperação política, comercial e cultural.

¹ CERVO, 1992, p. 17.

Assim, para satisfazer o desejo das duas dinastias, foi realizado o casamento da Princesa Leopoldina da Áustria² com o príncipe português, D. Pedro de Alcântara.

A Inglaterra exige que D. João VI volte para Lisboa, e ele deixa o príncipe real como regente, pois este tinha salvado a Monarquia, com seu nascimento. Com a partida de D. João VI, os problemas do Brasil não desaparecem. As províncias do Sul pretendiam se tornar uma nação independente, enquanto as províncias do Norte pretendiam a independência regional, já que apoiavam as Cortes de Lisboa.

As Cortes portuguesas ordenavam a volta de D. Pedro para Lisboa, o que acaba provocando uma contra-revolução brasileira diante do governo das Cortes, objetivando que o príncipe real ficasse no Brasil. Então em 9 de janeiro, D. Pedro declara que ficaria no Brasil. Essa data ficou conhecida como Dia do Fico.

D. Pedro organizou um novo ministério sob o comando de José Bonifácio, considerado *o Patriarca da independência* do Brasil. Também conseguiu que as tropas portuguesas deixassem o Brasil, desfazendo, dessa forma, os laços entre colônia e Metrópole, e conquistou a confiança do povo brasileiro, que tinha à sua vista o exemplo da independência dos Estados Unidos e a influência da Revolução Francesa.³ Portugal não gostou da notícia e estava pronto para enviar tropas ao Brasil, mas a conselho de José Bonifácio, o príncipe real vai a São Paulo, e como ação decisiva, a 7 de setembro de 1822, declara a Independência do Brasil. Esse ato é descrito ao imperador austríaco por sua filha, Dona Leopoldina, que o relata na seguinte carta

Querido Papai

A oportunidade permite-me, Deus seja louvado, escrever-vos sem rodeios (com o fígado desembaraçado) como dizem os meus compatriotas; é o meu único consolo e o momento mais agradável, por ter eu a certeza do vosso amor paterno e bondade que se preocupa e sente comigo.

Aqui tudo é confusão, por toda parte dominam os princípios novos, da afamada Liberdade e Independência. Estão trabalhando para formar uma Confederação de Povos, no sistema democrático como nos Estados livres da América do Norte. O meu marido que, infelizmente, ama tudo que é novidade, está entusiasmado, como me parece, e terá no fim que espionar tudo; de mim desconfiam, o que no fundo me regozija porque assim, mercê de Deus, não tenho que dar minha opinião e ao mesmo tempo fico fora das lutas. Podeis estar descansado, caro Papai, que não esquecerei, aconteça o que acontecer, o que devo à religião e aos princípios de Austríaca; e que não vos inquieteis por mim porque confio no Onipotente que nunca abandona aqueles que nEle se apóiam. Quando tudo andar mal e tomar a feição de revolução francesa, irei com meus filhos para minha Pátria, pois quanto ao meu marido, estou convencida, a meu grande pesar, que a venda da cegueira não lhe sairá dos olhos. Espero então que me dareis a colocação de Diretor de Mineralogia que

² “Tinha vinte anos quando, em 1817, se casou com D. Pedro, Leopoldina de Habsburgo, filha do Imperador Francisco I da Áustria e irmã da esposa de Napoleão, Maria Luísa. Havia muito que D. João Regente procurava casar D. Pedro; chegou mesmo a pensar em uni-lo a uma filha de Murat; a invasão de Portugal pelos franceses o dissuadiu. A embaixada do Marquês de Marialva obteve do Imperador e de Metternich a mão da princesa austríaca. Em 1818, nascia-lhe Dona Maria da Glória, futura rainha de Portugal.” (CASTRO, Therezinha de. *História documental do Brasil*, p. 134.)

³ COSTA, Emília Viotti, p. 84.

uma vez me promettesse por pilhéria ao jantar. É lá então, sossegada e contente, no meio de meus queridos, viverei pois na Pátria, junto dos parentes, onde se pode falar à vontade. Permiti recomendar-vos não dar ouvidos a Shäffer, ele é um bom homem mas foi obrigado a encarregar-se desta missão e considero o meu dever dizer-vos a minha opinião que não tomeis parte, para vosso sossego, nestas questões. Por mim, repito-vos, caro Papai, não tendes cuidado, porque, graças a Deus, tenho coragem e força d'alma para suster-me e a meus princípios serei fiel, aconteça o que acontecer.

Estamos todos passando bem, Deus seja louvado, e eu de esperança como me parece, o que é aborrecido nestes tempos inconstantes.

Beijo-vos e à querida Mamãe as mãos muitas vezes e sou com o mais profundo respeito e amor filial, querido Papai, vossa filha obediente.

Leopoldina

São Cristóvão, 23 de junho de 1822.

P.S. Lembranças de coração a todos os meus Irmãos, não escrevo a ninguém porque esquecem de mim e há seis meses não me dão notícias.”⁴

Assim, no Hemisfério Ocidental, nasceu um reino de origens coloniais e revolucionárias, monárquico, porém independente.

3 RELAÇÕES APÓS A INDEPENDÊNCIA: GOVERNO DE D. PEDRO I

Após a declaração de independência, D. Pedro, que foi coroado imperador do Estado do Brasil, encontrava-se numa situação muito delicada, pois, além dos problemas existentes antes desse ato, novos problemas começaram a surgir: entre os quais estava a falta de alterações na ordem social e econômica, isso porque a elite política que promoveu a independência “não tinha interesse em favorecer rupturas que pudessem pôr em risco a estabilidade do novo governo”.⁵ D. Pedro que não possuía instrução necessária para estabelecer uma situação política eficiente, agora precisava de ajuda.

A ajuda veio, principalmente, das relações diplomáticas mantidas com a Áustria, que idealizava um governo monárquico para o Brasil, tal como concebiam os estadistas austríacos, Francisco I e Metternich, representados na Corte do Rio, pelo Barão de Mareschall, que ocupava uma posição de confiança na Corte. O objetivo de Mareschall era garantir os interesses da Áustria no Brasil, por intermédio das influências políticas.

A primeira grande tarefa a ser realizada por D. Pedro foi a proteção de seus direitos como imperador, a elaboração de uma Constituição que garantisse os princípios monárquicos e a total liberdade para o governante, que não deveria ser um instrumento da Assembléia Constituinte. Assim, D. Pedro e José Bonifácio, chefe dos ministérios, atendem aos ideais da Santa Aliança, isto é, da Áustria, pois esse país era o poder central dessa organização.

⁴ CASTRO, Therezinha de. *História documental do Brasil*. p. 134-135.

⁵ FAUSTO, 1995, p. 146.

Segundo Metternich, um grande monarquista, apelidado *Cocheiro da Europa*⁶, pois era quem comandava quase todos os assuntos referentes às relações políticas entre os países europeus e o resto do mundo, o Brasil teria que manter a forma monárquica de governo, porque só dessa maneira conseguiria obter o apoio da Áustria.

Metternich queria que o Brasil servisse de exemplo para as repúblicas que estavam se formando no Novo Mundo, então para influenciar o jovem imperador com ideais monárquicos, ele enviou o encarregado dos Negócios da Áustria, Daiser⁷, para dar conselhos a D. Pedro.

Pedro I aborreceu-se com Metternich, por este querer sempre ditar como deveria ser o governo.

Já, dentro das fronteiras brasileiras, a Assembléia Constituinte desejava diminuir os poderes do imperador, atacando, principalmente, José Bonifácio, que agia de acordo com a Santa Aliança e era adepto dos princípios monárquicos. Para se defender, alegava que o rei não possuía nenhum plano de governo e, como conseqüência, se uniu à oposição.

Em setembro de 1823, o projeto de Constituição fica pronto e é colocado em discussão. Por conseqüência desse projeto, houve várias revoltas, e por causa delas D. Pedro dá um golpe decisivo: dissolve a Assembléia Constituinte e outorga a Constituição de 1824, dando plenos poderes ao imperador. Essa Constituição estabelecia um regime centralizado, a monarquia constitucional como forma de governo, distinguia os quatro Poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador, que era um poder do imperador para exercer a função de mediador, e era ele, também, o chefe do Poder Executivo.

O grande objetivo dessa Constituição era obter o reconhecimento da independência do Brasil pelas potências européias. Porém dentro desse contexto, havia uma condição essencial para o reconhecimento: era um acordo entre Brasil e Portugal, no qual este reconheceria legalmente a independência daquele, e só depois os outros países poderiam fazê-lo.

A princípio, a Áustria manteve-se neutra no que diz respeito ao reconhecimento. Já a Inglaterra prontificou-se a fazer o reconhecimento da independência do Brasil, mas em troca estabeleceu as velhas exigências de abolição do tráfico de escravos e de ampliação das relações comerciais. Apesar de a Áustria não simpatizar com os ideais ingleses, ela concordava com a Inglaterra na reconciliação do Brasil com Portugal, por isso, logo após a ratificação do Tratado de Paz e Aliança entre Brasil e Portugal, em que o rei português reconhecia a independência do Brasil, a 15 de novembro de 1825, a Áustria reconhece a independência do Brasil, no dia 13 de dezembro de 1825.

O reconhecimento feito pela Áustria levou os outros países a fazê-lo também. Desse modo ficou estabelecida a “personalidade internacional”⁸ do Brasil, que proporcionou a abertura de muitos países para negociações, visando estabelecer relações comerciais e diplomáticas. A Áustria assinou um Tratado de comércio e Navegação com o Brasil, em 30 de junho de 1826.⁹

⁶ RAMIREZ, 1968, p. 2.

⁷ Leopold, Barão de Daiser zu Sylbach, representante austríaco no Brasil, 1830-1841.

⁸ RAMIREZ, 1968, p. 41.

⁹ RAMIREZ, 1968, p. 41.

Logo depois do processo de Independência, D. João VI, rei de Portugal e pai de D. Pedro I, morreu em 10 de março de 1826, deixando um dilema para ser resolvido por D. Pedro: ele deveria romper com Portugal e abdicar da herança do trono em favor de seu irmão, ou deveria atender aos interesses de Portugal de unir as duas Coroas, o que colocaria em risco sua posição perante o Brasil.

D. Pedro I resolve aceitar a Coroa de Portugal, em 26 de abril de 1826, com a justificativa de que existiam monarquias duais como as já estabelecidas: Áustria-Hungria, Suécia e Noruega, Rússia e Polônia. Porém isso não foi aceito por nenhum dos países e principalmente pela Áustria, já que os interesses austríacos foram contra D. Pedro, pois não era desejável uma monarquia dual, governada pela casa de Bragança. O Partido Brasileiro também não possuía afinidades com essa forma de governo e acabou provocando a renúncia condicional de D. Pedro I ao trono português. Com a renúncia, ele esperava evitar um futuro desentendimento entre D. Miguel, seu irmão e possível herdeiro do trono, e sua filha Dona Maria da Glória (D. Maria II), que herdaria o trono em lugar de seu pai, como pretendia anular a revolta dos radicais e revolucionários para garantir uma Constituição liberal ao povo brasileiro.

As Cortes de Viena e Londres ficaram insatisfeitas com a atitude de D. Pedro, exigindo que ele abdicasse incondicionalmente em favor de sua filha.¹⁰ A Corte de Viena aprovou o casamento entre D. Miguel e D. Maria, pois segundo a política de Metternich as Coroas do Brasil e de Portugal não poderiam ser unidas, porque a Áustria, que nessa época, possuía a custódia de D. Miguel, via nele a continuação da Monarquia em Portugal, e a definitiva separação dos reinos, Brasil e Portugal.

Já, D. Pedro possuía outras intenções, pois chegou a pensar em fazer uma troca com D. Miguel, na qual assumiria o trono português, enquanto D. Miguel assumiria o trono brasileiro. No entanto, se isso acontecesse haveria uma revolução liberal em Portugal que seria refletida no Brasil. A Áustria temia pela revolução liberal e pela influência inglesa em território brasileiro, por isso decidiu, juntamente com a Inglaterra, induzir, definitivamente, D. Pedro a uma renúncia incondicional à Corte de Portugal em favor de sua filha. Então, em 20 de março de 1828, como era desejado pela Áustria, D. Pedro I abdica do trono português.

Mas quando o imperador fica sabendo que D. Miguel foi infiel às condições impostas ele intervém nos negócios portugueses e, em 23 de maio de 1829¹¹, revoga sua abdicação incondicional e impede que sua filha se case com D. Miguel.

Entre tantos problemas, negociações e busca por poderes, no ano de 1825, nasceu D. Pedro II. Em fim chegava ao mundo um herdeiro para o trono brasileiro. Nessa época, D. Pedro I tinha um caso com Domitila de Castro, que se tornaria Marquesa de Santos, um título conferido pelo próprio imperador e amante, fato que entristecia a Imperatriz Leopoldina, sua esposa.

D. Pedro, com essa história de amor, acaba perdendo a confiança que a Corte de Viena havia depositado em sua pessoa, e também a simpatia do povo brasileiro, que tinha um enorme carinho pela carismática Imperatriz D. Leopoldina e, como consequência, conseguiu aborrecer a Áustria, visto que a imperatriz era austríaca.

¹⁰ RAMIREZ, 1968, p. 48.

¹¹ *Op. cit.* p. 63.

D. Leopoldina morre, em 11 de dezembro de 1826¹² e tem sua morte atribuída ao tratamento que recebia de D. Pedro I, seu marido. Com o enterro da imperatriz, os laços familiares que uniam a Áustria e o Brasil estavam para sempre quebrados.

Paralelamente aos problemas pessoais e políticos de D. Pedro, não se pode esquecer que havia estourado uma guerra entre Buenos Aires e os rebeldes do Uruguai, a Guerra Cisplatina. O imperador, que estava com a reputação prejudicada não só perante a Áustria mas também perante o povo brasileiro, tentou requerer o seu prestígio por meio do bom desempenho do Exército, que obteve êxito nas províncias do Sul e seria reforçado por tropas alemãs. O Brasil pede à Áustria que envie oficiais para treinar soldados brasileiros, mas essa atitude falhou, pois o Brasil estava com dificuldades financeiras e não possuía recursos para pagar aos oficiais. É assim que D. Pedro interrompe a guerra, e a Inglaterra, em agosto de 1828, intervém e faz um acordo, no qual Brasil e Argentina abdicaram o território em questão, a Província Cisplatina, que se tornou um república independente e recebeu o nome de Uruguai.

D. Pedro, futuramente caindo na solidão, tenta um novo casamento com a Áustria, não só objetivando sua felicidade, mas ainda uma reconciliação com esse país. Seus planos não dão certo, apesar de ter tentado provar de todas as formas que suas intenções eram verdadeiras e que a amante pertencia ao passado. Com o fracasso do projeto de casamento, a posição de Mareschall, enviado austríaco, em relação a D. Pedro ficou comprometida, pois pareceu ao imperador que o casamento não era de interesse da Áustria.

O relacionamento entre Brasil e Áustria é definitivamente rompido quando o imperador brasileiro fica sabendo do casamento da princesa austríaca com Napoleão.

D. Pedro I, que vinha perdendo popularidade já há algum tempo, fica em situação ainda mais complicada, quando estoura a Revolução Francesa de 1830, que acaba despertando as forças democráticas. O imperador estava perdendo seu poder, pois, durante sua ausência da capital, o povo falava de sua abdicação em favor de seu filho ao trono.¹³

Como última chance de restabelecer o controle do governo, D. Pedro demitiu o gabinete e formou um novo, porém este, também era composto por aristocratas pertencentes à oposição. Por fim, acaba perdendo o apoio da Igreja e do Exército, e na noite de 6 de abril de 1831 D. Pedro decidiu, ou quase foi obrigado, a abdicar em favor de seu filho.

4 REGÊNCIAS, GOVERNO DE D. PEDRO II E QUEDA DA MONARQUIA

Com a queda de D. Pedro I, o trono do Brasil não foi preenchido, pois seu sucessor, D. Pedro II, que na época ainda era uma criança, teria que atingir a maioridade para poder assumi-lo. Com o impedimento da posse do príncipe real, de acordo com a lei brasileira, deveria ser estabelecida uma regência, até que ele atingisse a idade legal, 18 anos.

D. Pedro II começou a ser preparado desde cedo para suas futuras funções. O

¹² RAMIREZ, 1968, p. 43.

¹³ *Op. cit.* p. 64.

interesse da Áustria na educação do príncipe era grande, afinal tratava-se do neto do imperador da Áustria, Francisco I. O Barão de Daiser, o encarregado de Negócios da Áustria, acompanhou de perto os estudos de D. Pedro II e suas irmãs.

Durante o período regencial a situação política do Brasil tinha permanecido estável, com exceção dos conflitos travados com a Igreja e contra pequenas revoluções nas províncias. O regente, Araújo Lima, se deparou com o problema da proposta dos revolucionários, na qual a Princesa D. Januária, com 17 anos, passaria à regência do príncipe real, até que ele atingisse a idade legal. Daiser via nessa proposta, a intenção dos republicanos de derrubarem a Monarquia no Brasil, por intermédio de um governo de “uma jovem e inexperiente princesa”.¹⁴ Mas os republicanos ainda prepararam outro plano, no qual D. Pedro II seria declarado maior aos 16 anos.

Os planos dos republicanos chamaram a atenção de Metternich, que considerava os meios usados por eles para chegar ao poder. Sabia também da existência de uma sociedade republicana secreta, a Cruzada da Liberdade¹⁵, cujo objetivo era derrubar as dinastias, pelas idéias revolucionárias. Esse grande estadista, primeiramente, aconselhou o regente para que não deixasse ser aprovada a ascensão prematura de D. Pedro II. Mas como os planos dos comandantes brasileiros eram tirar o regente, Araújo Lima, do poder e nomear D. Januária como imperatriz, ele entendeu que seria perigoso não antecipar a maioria do príncipe real. Agora, todos buscavam a maioria de D. Pedro II.

Dentro da Corte brasileira, liberais e conservadores consentiam na maioria antecipada de D. Pedro, mas não concordavam em quando essa declaração deveria produzir efeito. Consideravam que a ascensão do príncipe ao trono seria de grande vantagem para o Brasil, pois D. Pedro era considerado a pessoa capaz de resolver as dificuldades do Brasil e de produzir a paz interna no País, a qual a regência não tinha conseguido. Para Daiser, representante direto da Áustria no Brasil, eles deveriam escolher um tempo médio, procurando solucionar o problema, já que não era sua vontade concordar com a declaração antecipada da maioria e considerava tal prática uma violação da Constituição.

De nada adiantaram tantas divergências, porque a maioria do jovem imperador foi proclamada em 22 de julho de 1840, e no dia 23 D. Pedro II compareceu ao Senado, jurou a Constituição e foi investido de poder supremo.

A Áustria via o ato de 22 de julho como um ato de revolução, embora, em parte, concordasse com isso, pois já tinha suposto que o regente na sua insustentável posição deveria deixar o poder. Além disso, a Áustria possuía grande influência sobre D. Pedro, pois segundo Daiser, o imperador podia passar-se por um príncipe austríaco, já que conservava muito das características dos Habsburgos, que o tinham influenciado por meio dos seus costumes imperiais e dos métodos de ensino, que futuramente foram aplicados em seu governo.¹⁶

D. Pedro II possuía a confiança e o amor do povo, uma vez que recebeu seu cargo do povo (soberania popular) e não “pela graça de Deus”. Além de ser adorado, o

¹⁴ *Op. cit.* p. 67.

¹⁵ *Op. cit.* p. 67.

¹⁶ *Op. cit.* p. 75.

jovem imperador era protegido pela Áustria, que tinha esse dever, pois as relações familiares deviam ser preservadas, isto é, na medida do interesse. E o único interesse político e econômico era manter a Monarquia como forma de governo. Como prova dessa relação familiar temos a escolha do Imperador Ferdinando II, sucessor de Francisco I, como imperador da Áustria, para ser o padrinho de crisma de D. Pedro II.¹⁷

Restabelecidas as relações de família, a Áustria prometia o seguinte auxílio ao Brasil:¹⁸

1. orientação quanto aos melhores meios de manter a Monarquia forte no Brasil;
2. um segundo casamento com o Brasil, dando influência natural e indireta para a Áustria, até mesmo nos negócios do Estado;
3. direito de exílio ao soberano e sua família em caso de revoluções no Brasil.

Começaram a procurar por jovens austríacos ou alemães para se casarem com as princesas brasileiras, pois sem esses casamentos a Áustria perderia sua influência na Corte do Rio de Janeiro.

As Cortes de Viena e do Rio estavam, principalmente, preocupadas com o casamento de D. Januária, pois tanto a Áustria como o Regente Araújo Lima eram contrários a uma aliança da França com o Brasil. Mas como os pretendentes austríacos não se interessaram por D. Januária, as portas para as influências francesas foram abertas.

Com o fracasso casamenteiro da Corte de Viena, iniciaram-se as relações entre Brasil e França, pois esta se adiantou e a 1º de maio de 1843, D. Francisca, irmã mais nova de D. Pedro II, casa com o Príncipe de Joinville, da França, e logo em seguida, D. Pedro casa com D. Teresa Cristina Maria, de Nápoles, em 4 de setembro de 1843. Essas uniões enfraqueceram as relações familiares entre Brasil e Áustria, que são definitivamente terminadas quando D. Januária casa com o cunhado de D. Pedro II.

As relações entre Brasil e Áustria se tornaram frias e rotineiras, e até os negócios diplomáticos ficaram retraídos.¹⁹

O governo do Brasil exigia de D. Pedro II sua grande capacidade intelectual e uma total devoção aos negócios do Estado. O imperador era confiante, acreditava mais em si próprio do que nos seus conselheiros. Procurou conhecer a enorme área geográfica do Brasil por meio de viagens, a fim de facilitar a comunicação entre as províncias e conhecê-las melhor. Seu maior interesse era ter boas relações com os Estados vizinhos²⁰, que haviam sido colônias espanholas e agora contaminavam o Brasil com tendências republicanas. O republicanismo era causado pela divisão administrativa do País em que a fraqueza do poder central e a presença de fortes elementos republicanos tornavam-no possível.

Daiser pretendia a sobrevivência da Monarquia, mas o conflito entre o povo e o governo perturbava esse sistema.

A participação do Brasil nos negócios internacionais estava limitada em consequência das revoltas contra a Monarquia brasileira. Apesar disso, as relações

¹⁷ *Op. cit.* p. 76.

¹⁸ RAMIREZ, p. 77.

¹⁹ RAMIREZ, p. 92.

²⁰ RAMIREZ, p. 93.

com os Estados vizinhos, na década de 40, eram boas.

Metternich esperava que Daiser melhorasse as relações do Brasil com a Áustria por informações confidenciais, mas a principal ligação entre as duas Coroas, Daiser, adoeceu gravemente, assumindo seu lugar o Conde Bernhard von Rechberg.²¹ Metternich forneceu ao novo enviado instruções adequadas de como deveria configurar a política diplomática da Áustria em relação ao Brasil e também o instruiu para tentar consolidar as relações comerciais já existentes com o Brasil, o que serviria como base para outros tratados com as repúblicas latino-americanas.

A popularidade de D. Pedro II estava em baixa, em razão de sua frieza e conduta reservada. Discórdias internas causavam muito mal à família imperial e prejudicavam a Monarquia em face do poder dos partidos republicanos.

Todos admitiam, inclusive Rechberg, que D. Januária seria capaz de remover a barreira entre o imperador e o povo, melhorando a situação do Brasil, porém quando ela aceitou viajar para a Europa em navio francês, o povo se revoltou, porque se encontrava largado nas mãos dos franceses. Por trás dessa partida havia três pretensões: o Partido Francês pretendia o trono do Brasil com a coroação do Príncipe de Joinville; o Partido Republicano pretendia o estabelecimento de uma República Federal; o Partido Conservador esperava pelo futuro herdeiro da Coroa para estabelecer uma regência, que seria feita por eles.²²

Nos anos de 1846 e 1847 as relações entre Brasil e Áustria não foram muito amigáveis, pois estavam com problemas em tratados que não eram assinados com rapidez, problemas com os maus tratos aos estrangeiros austríacos, entre outros, que contribuíram para que as relações comerciais e culturais entre os dois países não fossem definitivamente firmadas.

O Brasil nessa época não tinha decidido se manteria relações com países estrangeiros, mas logo depois denuncia todos os tratados de comércio que havia assinado com as nações estrangeiras, menos com a Inglaterra, mantendo uma política isolacionista e retirando-se da Comunidade das Nações.

Em 1847, Rechberg volta à Áustria, depois de permanecer quatro anos no Brasil, sem alcançar o objetivo comercial para o progresso das relações entre os dois países. Então, Hippolyt von Sonnleithner veio substituir Rechberg no Brasil.²³

A Revolução de 1848 ocorrida na Europa faz com que haja novamente uma aproximação dos reinos da Áustria e do Brasil, pois D. Pedro II, junto com Sonnleithner, demonstrava um claro interesse pela situação austríaca.

O imperador austríaco, Ferdinando, abdicou do poder, antes do fim de 1848, em favor de seu sobrinho Francisco José.²⁴

Em 1851, o interesse da Áustria estava concentrado quase exclusivamente no conflito do Prata entre Brasil e Argentina. O sucesso do Brasil na guerra fez com que Sonnleithner elogiasse a capacidade diplomática do imperador do Brasil e de seu ministro dos Estrangeiros.

Em 27 de janeiro de 1860, o Arquiduque Ferdinando Maximiliano da Áustria chega ao Brasil. No momento de sua visita, o País estava com terríveis dificuldades

²¹ RAMIREZ, p. 95.

²² RAMIREZ, p. 101.

²³ *Op. cit.* 1968, p. 105.

²⁴ *Op. cit.* 1968, p. 106.

sociais e econômicas, mas o Partido Conservador, há 7 anos no poder, havia conseguido manter a calma. As relações com as potências estrangeiras haviam melhorado, e o País tinha acabado de ser salvo de uma revolução.

No fim da década de 60, o Brasil estava com sérios problemas, tanto financeiros como militares, pois o Exército não possuía mais gente para lutar, por causa da guerra com o Paraguai, e o dinheiro era pouco para suprir as necessidades. O fim da Guerra do Paraguai deu a chance para D. Pedro levar adiante seus planos de reconstrução do País, com a construção de estradas e diques e o embelezamento e reconstrução da capital e outras cidades.

O imperador do Brasil honrou Sonnleithner pelos grandes esforços em prol das relações austro-brasileiras²⁵, embora o enviado austríaco tenha constatado que não houve influência nos negócios internos e externos do Brasil. Sonnleithner é sucedido pelo Barão Schreiner, que foi recebido amigavelmente por D. Pedro. Quando iniciou sua carreira, viu como eram mal geridos os negócios públicos do Brasil e procurou fazer relatórios à Corte de Viena.

O imperador e a imperatriz do Brasil vão novamente à Europa, viagem que causa danos à Monarquia no Brasil, pois as reformas legislativas e financeiras de 1884 não atingiram seus fins, e a questão da liberação dos escravos também a prejudicava.

Em março de 1888, o governo liberal foi demitido e em 13 de maio do mesmo ano a princesa regente, Isabel, declara abolida, para sempre, a escravidão no Brasil, porque isso era contrário aos princípios da Igreja Cristã e às instituições liberais. Assim o Brasil não pode ser mais considerado um Estado escravocrata.

A liberdade dos escravos produziu sérias conseqüências políticas e econômicas que provocaram o declínio da autoridade do monarca. Iniciou-se uma agitação por parte dos republicanos, irrompeu a revolução em novembro de 1889. No mesmo ano a família de Bragança é deposta e é efetivada a transformação do Império Brasileiro em Estados Unidos do Brasil, com Marechal Deodoro da Fonseca como novo presidente.

A Monarquia austro-húngara tinha sido incapaz de fazer qualquer esforço para impedir a queda da Monarquia no Brasil. O reconhecimento do Brasil deveria ser feito pela Áustria, determinação do Imperador Francisco José.

Dessa maneira se encerraram as relações entre os impérios Austríaco e Brasileiro, que não possuíram relações que permaneceram, mas que proporcionaram relações entre o Velho e o Novo Mundo e que são importantes até hoje para o entendimento das relações internacionais.²⁶

5 DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS

As relações contratuais entre duas nações podem ser feitas a partir de uma série de acordos políticos, econômicos e comerciais, mas somente após um intercâmbio cultural é que pode ser vista a realidade de um povo; mesmo com a perda de validade de

²⁵ *Op. cit.* 1968, p. 116.

²⁶ RAMIREZ, 1968, p. 122.

tratados, ainda continuará havendo ligação entre os povos. É por uma ligação cultural que a Áustria e o Brasil tentam fazer sua parceria internacional no século XIX, com o casamento de uma arquiduquesa austríaca, D. Leopoldina, com D. Pedro I. O casamento propiciou não somente as relações comerciais mas também o intercâmbio social e cultural por laços matrimoniais. Seria pela primeira vez a imagem vaga e imprecisa substituída por informações das expedições científicas propostas pela Áustria.

As expedições foram financiadas pelo governo austríaco e pelo Museu Brasileiro em Viena, com a intenção de enriquecer as importantes coleções do Museu Imperial de História Natural. As descobertas deveriam ser reportadas ao governo brasileiro.

Os exploradores deveriam: coletar material científico, descrever a fauna e a flora, a fim de embelezar os jardins imperiais austríacos, trazer ao Jardim Zoológico animais desconhecidos e exóticos. Com esse intuito o imperador austríaco incumbiu a um grupo de naturalistas essa missão.

Natterer²⁷ tinha somente 33 anos, era o mais sábio participante da equipe, tendo, na juventude, tornado-se perito em trabalho e método científico.

No começo de 1817, a equipe fazia os preparativos finais da viagem ao Brasil, ao mesmo tempo que eram preparadas as festas do casamento brasileiro na Áustria.

Fazendo uma pequena excursão nas redondezas do Rio de Janeiro, os naturalistas mandaram para Viena a primeira remessa que consistia em 36 caixotes de material com uma extensa coleção de animais empalhados, plantas secas e vivas, sementes e minerais. Após a morte de muitos animais, na segunda remessa, seu transporte foi cancelado.

Os constantes relatórios mandados por Natterer, fascinavam o imperador austríaco extremamente interessado no assunto.

Com uma remessa de plantas e animais raros, foi mandado à Áustria um casal de índios, que provocaram grande sensação em Viena por se tratarem de espécies genuinamente americanas e pelas suas características físicas.

Natterer torna-se o chefe da expedição, quando o antigo voltou para Áustria. Programou uma viagem, na qual partiriam de São Paulo, seguindo para Cuiabá. (Mato Grosso) pelos rios Tietê, Paraná, Prado, Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai e Barrados. A expedição ainda deveria passar por Vila Bela e pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira, Amazonas e chegar a Belém do Pará. Natterer calculou uma viagem de dois anos, em vez disso, por causa de uma série de dificuldades, a expedição gastou quatorze anos. A descrição da viagem é a de uma odisséia que terminou com um efeito dramático. Após ter sobrevivido a inúmeras doenças adquiridas na selva, no Pará, enquanto esperava o transporte para a coleta de material, estourou uma revolução que queria expulsar todos os estrangeiros. Natterer conseguiu salvar somente a vida. Uma multidão roubou-lhe todos os 22 caixotes que estavam esperando para ser embarcados. Algum tempo depois, Natterer conseguiu chegar à Inglaterra, após ter sua vida salva por ingleses.

Em Viena, a expedição que tinha sido preparada com tanto entusiasmo e com apoio financeiro generoso, deu resultado. O Museu Brasileiro em Viena tornou-se um centro de todas as matérias referentes ao Brasil. O público podia visitar o museu em horários restritos, mas cientistas e pesquisadores tinham a entrada livre. Para o ingresso no museu era necessário um rompimento por escrito restringindo a entrada somente da camada superior.

Na metade do século XIX, o Brasil era um dos países mais explorados fora da

²⁷ Johann Natterer era o mais notável participante da equipe, foi escolhido como diretor da expedição, pois tinha todas as qualificações exigidas para a posição.

Europa em virtude dos êxitos das expedições científicas austríacas e suas publicações. Isso estimulou outro centro de ciência austríaco, a Biblioteca Imperial, que começava a fazer coleções e assinaturas de jornais brasileiros. Mas pelos pareceres negativos do Brasil, a Biblioteca Nacional da Corte foi forçada a cancelar planos de coleção.

Numerosos grupos de artistas austríacos foram cordialmente recebidos no Brasil, fazendo com que vários momentos da família real fossem registrados, propiciando trocas culturais e de experiência, influenciando inúmeros artistas brasileiros. A arte e a ciência eram o elo entre Brasil e Áustria. Tal como o Museu Brasileiro em Viena, o Instituto Histórico e Geográfico tornou-se para o Brasil o centro de aspirações científicas na América Latina.

D. Pedro estava, também, interessado em todas as escolas militares na Áustria, por esse motivo mandava jovens oficiais brasileiros para fazer cursos no Corpo de Pioneiros da Áustria. O Brasil, também, coletava informações sobre a organização militar, uniformes e armamentos. Foi procurado saber sobre o ingresso de estrangeiros nas academias técnicas. D. Pedro foi aceito como membro honorário em Viena, o que significou o reconhecimento de seus ideais científicos para o mundo.

Havia então vários laços entre os dois impérios. A Áustria que não possuía nenhum tipo de relação com o Brasil no início do século XIX, fez de tudo para estabelecer contatos políticos, transformando-os em um intercâmbio cultural e estabelecendo um vínculo transoceânico a fim de servir de entendimento e ao processo cultural.

Mas com as mortes de D. Leopoldina e do Imperador Francisco I enfraqueceram-se as relações que haviam sido estabelecidas. Isso ficou mais visível a partir do momento em que a Áustria partiu para tarefas de política interna com lutas constitucionais e com a questão nacionalista que tomou suprema importância, deteriorando as relações entre a Áustria e o Brasil.

6 INFLUÊNCIA AUSTRIACA NA IGREJA

A Monarquia brasileira, no século XIX, estava moldada nas antigas concepções das monarquias européias, como a austro-húngara, ou seja, poder nas mãos do imperador e do papa (Estado e Igreja). A religião mais cultuada no Brasil era a católica romana, que foi introduzida pelos missionários portugueses.

Apesar dessa forte ligação com a cultura européia e de o Estado proteger a Igreja, o governo brasileiro por muitas vezes violou os direitos eclesiásticos, isso porque o Estado tratava a Igreja como um adversário político e administrativo. Para Daiser, representante austríaco no Brasil, “Os brasileiros reagem em religião como em política. A Igreja Católica Romana é a igreja oficial da terra. Mas os brasileiros procuram negar a autoridade do Papa. Ele considerava que no Brasil tudo estava imaturo, inclusive o cristianismo. Este assunto era mais ligado a formalidade, a cerimônias do que a um poder recriador e remodelador da vida humana.”²⁸

Logo após a saída de D. Pedro I, surgiram vários conflitos entre o Brasil e Roma. O primeiro e um dos principais, foi durante o governo do Regente Padre Diogo Feijó, que era tido, em Viena, como um dos mais fortes partidários da Monarquia austríaca e

²⁸ RAMIREZ, 1968, p.167.

era contra a aplicação da regra católica do celibato. Afirmou ser essa regra uma imposição medieval, que não poderia ser considerada um mandamento divino, uma vez que era utilizada para manter a disciplina dentro da Igreja e que qualquer bispo dentro de sua paróquia poderia, ou não, aceitar a regra do celibato. Está aí o porquê do conflito com Roma. A Áustria via uma possibilidade da criação de uma futura Igreja Brasileira separada da Católica Romana. Assim, estava interessada em servir de intermediária nos conflitos entre Brasil e Roma, que eram basicamente a respeito das nomeações de representantes papais no País. Além da afirmação de Feijó, a Áustria via a garantia de manter o poder monárquico conservador brasileiro separado da obrigatoriedade de seguir os dogmas impostos pela Igreja, isso porque a própria Áustria que era um exemplo de poder conservador não aceitava a interferência direta da Igreja nos negócios de Estado e só mantinha relações de interesse conservador com o clero, uma vez que o Papa era visto como o símbolo maior das forças conservadoras.

No princípio de 1836, Daiser comunicou que a Igreja no Brasil estava perdendo sua tradicional força dominadora. Mesmo assim, o enviado austríaco em Roma informou a Viena que o representante papal tinha admitido estar “grato à Corte austríaca pelos bons ofícios com que Viena havia auxiliado Roma em suas dificuldades com o Brasil”.²⁹ Mas, em 11 de agosto de 1836, Feijó diz que não havia uma maneira de solucionar o conflito com Roma de forma pacífica. Revelou também que o número de padres que estavam pedindo dispensa da regra do celibato vinha crescendo a cada dia.

Outra diferença entre Brasil e Roma é que no Brasil a nomeação do bispo era de acordo com o direito consuetudinário, ou seja, quem nomeava era o imperador. Só que, segundo o direito de Roma, a nomeação seguia o direito canônico.

Em 1837, cai o governo de Feijó e assume Araújo Lima, que volta a manter relações amigáveis com Roma. Araújo Lima queria a Igreja ao lado do Estado, não como parceira política e administrativa, e sim com uma força de ordem dentro do Brasil. Apesar dos esforços do regente, as relações diplomáticas com Roma ainda estavam em conflito. Essa tensão só foi relaxada com a coroação de D. Pedro II.

Os representantes da Áustria no Brasil visualizaram e concluíram que havia muita falta de cultura religiosa e indiferença na população e uma imensa falta de moralidade entre os padres. Sonnleithner³⁰, outro representante da Áustria, comunicou “que só um grande influxo de imigrantes europeus poderia melhorar a situação”.³¹ Era evidente que nem com os conservadores no poder, em 1858, a Igreja deixaria de ser uma entidade abaixo do Estado, subordinada as decisões deste.

Durante a década de 60, a Áustria, tendo de resolver seus próprios problemas internos, interrompeu seu auxílio à política brasileira. Isso mostra que a relação entre os dois países não seguia mais o sistema proposto por Metternich. “A Áustria estava muito ocupada com seus próprios problemas. A luta da Áustria pela ordem dentro da União dos Estados Dinásticos e a posição dessa União dentro da Europa tornou impossível aos secretários de Negócios Estrangeiros dedicarem-se aos problemas transatlânticos, exceto no que se referia ao comércio e à emigração.”³²

²⁹ *Op. cit.*, 1968, p. 171.

³⁰ Sonnleithner, Hippolyt von, representante austríaco no Brasil, 1847-1873.

³¹ RAMIREZ, 1968, p. 180.

³² RAMIRES, 1968, p. 181.

7 IMIGRANTES AUSTRIÁCOS NO BRASIL

Em conseqüência do avanço da medicina, das boas condições de higiene, a Europa conseguiu combater as pestes e acabar com as inúmeras mortes. Porém, outro problema surgiu: o aumento exagerado da população que causou o aumento da miséria, da fome. Assim, muitos países resolveram seus problemas de super povoamento financiando a imigração para os países americanos. Já a economia brasileira, a partir do século XIX, foi marcada por importantes mudanças: a abolição do tráfico de escravos, a criação de um novo regime de terras, o apoio à vinda de imigrantes, a introdução do trabalho assalariado e a expansão do comércio exterior que permite uma nova dinâmica do comércio interno.³³

A substituição paulatina do escravo pelo trabalhador livre se dá paralelamente a uma nova visão do labor, até então visto como ato repulsivo, implicando castigos e disciplina. A persistência do regime escravista criava barreiras para a valorização do trabalhador livre. Portanto, os impulsos dado a desagregação da sociedade escravista, também eram investidas na representatividade do trabalhador livre que *representava o novo tempo, o progresso e a civilização*.³⁴ Ao longo do Congresso Agrícola³⁵ de 1878, voltado exclusivamente para os problemas da grande lavoura, foram discutidas questões como: a introdução do trabalhador imigrante, a carência de capital, os meios para a obtenção do crédito agrícola e os destinos da escravidão.^{36 e 37}

Ao Brasil, chegaram principalmente emigrantes vindos da Itália, Alemanha e Portugal. Os colonos germânicos foram encaminhados para São Leopoldo (Rio Grande do Sul), em 1824 para Santo Amaro (São Paulo), em 1827 para Rio Negro (Paraná), em 1829 para o Vale do Itajaí (Santa Catarina), em 1835-38 e a partir de meados do século para constituir as colônias de parceria no oeste paulista – juntamente com imigrantes suíços.³⁸

A Áustria não via a emigração como uma solução para o problema de excesso de pessoas, isso porque, seu ideal era: “de uma exploração econômica intensa de suas próprias terras. O ideal era fazer as próprias terras ricas em povo e em recursos. Os economistas exprimiam isso com ênfase no desenvolvimento do comércio, indústria e agricultura. Os Habsburgos da Áustria estavam convencidos de que a população era a verdadeira riqueza de uma nação.”³⁹ Com base nesse ideal, o Imperador José II expediu um edito que proibia a emigração: “A ninguém é permitido emigrar nem enviar a países estrangeiros seus filhos ou pessoas sob a sua proteção e cuidado.”⁴⁰ Esse edito foi

³³ SANTOS, 1995, p. 48.

³⁴ *Op. cit.*, 1995, p. 63. SALLES, Iraci G. *Trabalho, progresso e sociedade civilizadora*. São Paulo : HUCITEC, 1986. p. 118.

³⁵ *Congresso Agrícola*. Rio de Janeiro : Fundação Casa Rui Barbosa, 1988, tomo VIII.

³⁶ *Op. cit.* 1995, p. 64.

³⁷ Os fazendeiros exigiam uma imigração que fosse mais dirigida e que assegurasse a remoção dos problemas que impediam a vinda dos trabalhadores.

³⁸ BRUNO, 1968, p. 119.

³⁹ LOUISE, Sommer, Viena, 1920.

⁴⁰ RAMIEZ, 1968, p. 183.

seguido pelo Imperador Francisco I, só com uma ressalva. Francisco I permitia a emigração legal, com o aval das autoridades locais que concediam uma dispensa da cidadania austríaca. Por conseqüência pouco austríacos vieram para o Brasil.

Após as guerras napoleônicas, um grande número de veteranos de guerra, de descendência germânica⁴¹, recebeu asilo político do Brasil, e outros vieram trabalhar nas fazendas como mão-de-obra assalariada. Assim, um grande número de imigrantes germânicos chegou ao Brasil.

Mas os relatórios do representante austríaco sobre as condições dos emigrantes era desanimador. Mostravam que os militares austríacos, que chegaram no Brasil, eram levados para o campo de batalha como linha de frente, ou seja, serviam de escudo para as tropas brasileiras e conseqüentemente eram os primeiros a morrer.

Aqueles que foram para as fazendas trabalhavam no sistema de parceria, ou seja,

Os imigrantes tinham suas passagens pagas e recebiam um adiantamento do proprietário da terra em cujas fazendas eles deviam trabalhar na colheita. Aos que chegaram à nova pátria, eram dadas: terra para limpar, sementes para plantar e o direito a metade da colheita. Deviam permanecer até indenizarem o proprietário de todas as despesas feitas com eles. Poderiam então permanecer como assalariados ou se estabelecer por conta própria.⁴²

Contudo os imigrantes acabavam servindo como “escravos livres”, porque ganhavam pouco, e do pouco ainda lhes tiravam a metade, e a indenização ao proprietário da fazenda se tornava cada vez mais difícil. Tinham que combater a mentalidade escravocrata dos fazendeiros que se viam no direito de tratar os imigrantes da mesma forma que tratavam os escravos, ou seja, de forma subumana. Assim, “aqueles se viram forçados a pressionar os fazendeiros, sobretudo quando ainda existia o regime servil, para conseguirem melhores condições que os escravos”.⁴³

Os representantes austríacos exigiram do Brasil o igual tratamento que os imigrantes franceses e ingleses recebiam.

As primeiras províncias que proporcionaram boa condição de vida para os austríacos foram as do Sul, porque eram as mais desenvolvidas economicamente, possuíam o clima parecido com o europeu e, principalmente, necessitavam de trabalho livre, já que a Inglaterra estava pressionando as províncias brasileiras a abolirem a mão-de-obra escrava.

Só que o Sul era uma exceção. O representante austríaco Sonnleithner dizia: “O Brasil está somente tentando obter os trabalhadores que precisava, sem pretender dar-lhes garantias. E ainda, que o tipo de imigrante que o Brasil queria era aquele sem nenhuma

⁴¹ Apresentam-se confusões de nacionalidades como as que fizeram, em que jamais se distinguiram os austríacos e suíços dos alemães. Tem razão, portanto, Romário Martins ao assinalar que “notas esparsas, referências incompletas, relatos oficiais pouco informativos e sem seguimento, conjecturas, cálculos sem base em números afirmativos, é o que tem sido a fragmentária bibliografia de tão importante assunto.” MARTINS, 1989, p. 68-69.

⁴² RAMIREZ, 1968, p. 185.

⁴³ FAUSTO, 1995, p. 205.

capacidade de independência, chegando ao Brasil submissos aos proprietários, a quem ficavam devendo as passagens e obediência, de acordo com o sistema de parceria.”⁴⁴

O governo brasileiro decidiu dar o assunto referente à imigração para companhias particulares, cujos recursos vinham do Estado, o que desgostou os representantes austríacos que temiam uma forte atuação desses agentes na República do Tirol.⁴⁵ Essa medida acabou se tornando matéria de especulação financeira.⁴⁶ “Não se prometia proteção para o imigrante, o qual, desde que tivesse assinado seu contrato, tornava-se devedor vitalício do agente de emigração.”⁴⁷

Assim, eles queriam fazer uma campanha de extrema proibição à imigração para o Brasil, pois entendiam que com a falta de mão-de-obra o governo brasileiro ia oferecer condições aceitáveis de sobrevivência.

“Apesar das dívidas e dos salários baixos, os imigrantes livres no Brasil, gozaram, sem dúvida, de um padrão de vida mais alto que o da maioria dos súditos brasileiros”.⁴⁸

8 COMÉRCIO ENTRE ÁUSTRIA E BRASIL

As amigáveis relações diplomáticas e culturais entre Áustria e Brasil, durante o século XIX, poderiam levar a crer que esses países também desenvolveram extensas relações comerciais. Entretanto, tal relação não se deu. Ambos os países esforçaram-se em ampliar o comércio, mas grandes obstáculos surgidos desde os primeiros entendimentos mercantes com o Brasil permaneceram como entrave aos futuros desenvolvimentos.

O período mais significativo da política comercial externa brasileira compreende de 1822 a 1828. “Confrontam-se então os objetivos estabelecidos pelos governos estrangeiros em suas relações com o Brasil e os que este país pretende alcançar no exterior.”⁴⁹

O principal objetivo comercial da Áustria era manter fortes laços comerciais com o Rio de Janeiro, para que se abrissem as portas para futuras relações comerciais com a América Espanhola, visto que a maior parte desta era rica em recursos naturais (matéria-prima necessária aos produtos austríacos) e principalmente serviam de mercado consumidor.

O Imperial Conselho de Comércio e o Ministério das Finanças planejaram cuidadosamente, em 1816, a primeira exportação de produtos para o Brasil. Mas as viagens não saíram como planejadas. A carga foi danificada por causa das más condições marítimas enfrentadas pelos navios austríacos, e ao chegarem ao Brasil a decepção foi grande. Os austríacos debateram-se com uma taxa de importação de 24% sobre o produto

⁴⁴ *Op. cit.*, 1968, p. 194.

⁴⁵ Província mais pobre e com mais problemas da Áustria.

⁴⁶ FAUSTO, 1995, p. 206. Em 1884 foi aprovada uma lei que indica bem o sentido da política de mão-de-obra imigrante para o governo provincial.

⁴⁷ RAMIREZ, 1968, p. 195.

⁴⁸ *Op. cit.*, 1968, p. 211.

⁴⁹ CERVO, cap. 1, p. 20.

e, principalmente, constataram que o mercado brasileiro estava repleto de mercadorias similares vindas da Inglaterra e França. Houve, também, decepção por partes dos brasileiros, uma vez que as mercadorias chegadas não correspondiam às necessidades do mercado brasileiro, e os preços eram muito altos.

Para uma melhor negociação, o Conde Stahl, presidente do Imperial Conselho de Comércio, ordenou ao embaixador austríaco no Rio de Janeiro, que procurasse fazer um acordo com o Brasil para obter as mesmas vantagens comerciais concedidas aos ingleses. Outro obstáculo a ser enfrentado pela Áustria era a difícil competição com a Inglaterra, “visto que ambas as nações procuravam vender aproximadamente o mesmo produto ao mesmo mercado.”⁵⁰

O enviado austríaco escreveu: “Creio que a idéia de um tratado comercial entre a Áustria e o Brasil deve ser completamente abandonada. A Inglaterra jamais consentirá que um governo, em que ela influencia tão profundamente, possa proceder de maneira tão contrária a seus interesses comerciais” (10 de abril de 1820).⁵¹ A Grã-Bretanha via na independência da América Latina “uma válvula de escape ao bloqueio continental que lhe foi imposto por Napoleão”⁵², e por sua vez o Brasil não restringiu o comércio com a Inglaterra, estabelecendo relações de dependência financeira britânica.⁵³

Em primeiro lugar, para a Áustria conseguir boas relações comerciais com o Brasil teria que propor e firmar um tratado comercial. Esse tratado só vai acontecer após a independência do Brasil, uma vez que todos os tratados assinados antes do fato não iriam ser renovados até o país reconhecer a independência brasileira. Assim, a Áustria só reconheceu após 4 anos, em 1826.

O primeiro ato oficial internacional entre Brasil e Áustria foi o Tratado de Comércio e Navegação entre Francisco I e D. Pedro I, de junho de 1827, que deveria vigorar durante seis anos após a ratificação. Como primeiro passo, foram propostas facilidades para o funcionamento dos consulados. O tratado resultou numa notável animação do comércio com o Brasil.

Quando em 1834 o tratado de 1827 estava para expirar, Viena mandou a Daiser uma nova proposta, para renovar o antigo acordo. Porém, a situação política na qual o Brasil se encontrava não era favorável a novos acordos, porque o Brasil se julgava prejudicado com os tratados travados com outras nações, uma vez que lhes concediam muitos privilégios comerciais prejudicando o próprio Brasil em relação a sua indústria, seus produtos, suas finanças. Era o contrário do proposto inicialmente por D. João, quando em 1810 abriu os portos às nações amigas. Seu verdadeiro ideal era que “a emulação e a concorrência resultantes da abertura dos portos despertariam as indústrias do país do letargo em que jaziam”.⁵⁴

⁵⁰ RAMIREZ, 1968, p. 214.

⁵¹ *Op. cit.*, 1968, p. 215. Staatskanzlei. Brasil: despacho para o Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1820.

⁵² CERVO, cap. I, p. 22.

⁵³ FAUSTO, 1995, p. 147.

⁵⁴ VIOTTI da Costa, p. 80.

O comércio austro-brasileiro poderia ter sido facilitado, caso uma pesquisa sobre os produtos mais usados no Brasil tivesse sido enviada à Áustria, para que pudessem adaptar os produtos austríacos ao mercado de necessidades brasileiras. “Em 1857 o Conselho Imperial de Comércio enviou uma coleção de artigos de exportação. Esta expedição confirmou que não se haviam escolhido modelos para corresponder às necessidades do comprador brasileiro.”⁵⁵ As roupas enviadas não eram próprias para o clima tropical brasileiro, e grande número de outros fatores de que dependia o sucesso do comércio não tinha sido levado em conta. Os comerciantes austríacos não possuíam um estudo sério sobre as condições e necessidades do mercado brasileiro.

Segundo os representantes austríacos:

O ano de 1877 é talvez o ano decisivo nas relações comerciais entre os dois países uma vez que conseguiram proporcionar alguma relação, não muito significativas, mas faz parte da histórias das relações entre os dois países; depois desse ano, os esforços da Áustria concentravam-se crescentemente em outros estados da América do Sul, enquanto decresciam no Brasil. Não ocorreu nenhum renascimento. As missões futuras, ainda que ressaltassem as antigas dificuldades e sugerissem modificações, aceitaram a ruptura entre a Áustria e o Brasil como fato consumado. Os relatórios comerciais observaram que o único produto austríaco ainda encontrado no mercado da Bahia era o trigo de Trieste.⁵⁶

As relações entre as duas nações não deram certo na maior parte, porque o mercado da Áustria, por natureza fechado, não conseguia realizar bons negócios em outros continentes, principalmente com um oceano separando as duas nações. As mercadorias austríacas nunca foram capazes de competir com as inglesas e francesas no Brasil.

9 CONCLUSÃO

Embora a Áustria e o Brasil tenham tentado estabelecer firmes laços políticos, o que restou foram somente heranças culturais e fracos laços familiares.

Talvez as relações não tenham se intensificado não somente pela distância geográfica existente entre os dois países, mas também pelas divergências entre os representantes austríacos, fortemente preparados para influenciar pertinentemente o Brasil e o governo brasileiro, que não possuía uma tradição diplomática tão hábil como a austríaca, a ponto de influenciar a Áustria com idéias brasileiras.

A base mais significativa da aliança austro-brasileira foi, sem dúvida, a solidariedade dinástica resultante do casamento da Imperatriz D. Leopoldina com o Príncipe D. Pedro I.

No que trata das relações culturais fica claro, até hoje, que ambos se influenciaram. A presença de D. Leopoldina apresentou ao povo brasileiro um pouco de uma das culturas mais refinadas da Europa, a austríaca. A apresentação da cultura brasileira na Áustria ficou por conta dos exploradores austríacos que levaram não somente um

⁵⁵ RAMIREZ, 1968, p. 233.

⁵⁶ RAMIREZ, 1968, p. 236

pouco da fauna e da flora brasileira, como também suas lendas e tradições.

A respeito da imigração austríaca para o Brasil, pode-se dizer que, praticamente, ela quase inexistiu, em razão das dificuldades proporcionadas pelas leis austríacas e pela má condição de vida que o Brasil proporcionava aos imigrantes.

Já as relações comerciais entre os dois países não foram bem-sucedidas, porque o comércio com o Brasil estava sob completa e total submissão à Inglaterra.

Podemos concluir, por meio do estudo feito para realização deste trabalho que a relação Brasil e Áustria não foi o que de melhor se esperava no que diz respeito a política e comércio, mas obteve completo sucesso nas relações diplomáticas e culturais, que permanecem até hoje.

BIBLIOGRAFIA

CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo : Ática.

COSTA, Emília Viotti da. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo : EDUSP, 1995.

KAISER, Glória. *Dona Leopoldina: uma Habsburg no trono brasileiro*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. São Paulo : Anhembi, 1955.

RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815-1889*. São Paulo : Nacional, 1968.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Globo, 1969.

RODRIGUES, José Honório. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

SANTOS, Carlos Roberto A. dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

VIANA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo : Melhoramentos, 1969.